

Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Dez Séries para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional,

celebrada entre

[NEWCO S.A.]

como Emissora,

[AGENTE FIDUCIÁRIO]

como Agente Fiduciário e Representante dos Debenturistas

[Local, data]

ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DEZ SÉRIES PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL ADICIONAL, DA [NEWCO S.A.]

Pelo presente instrumento particular, as partes (“Partes”):

De um lado,

[**NEWCO S.A.**], [*qualificação*], neste ato, representada por seus representantes legais, na forma de seu estatuto social (“Emissora”);

De outro lado,

[**AGENTE FIDUCIÁRIO**], [*qualificação*], neste ato representada nos termos do seu contrato social, representando a comunhão dos Debenturistas (“Agente Fiduciário”);

CONSIDERANDO QUE:

(i) em [*data*] foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Atvos (“Plano”), tendo tal Plano sido homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca da Capital de São Paulo, por decisão publicada na imprensa oficial em [*data*];

(ii) o objetivo do Plano é permitir ao Grupo Atvos superar sua crise econômico-financeira e atender aos interesses e preservar os direitos dos seus credores, estabelecendo a fonte de recursos, condições e cronogramas de pagamento, de forma a viabilizar a manutenção das atividades por ele desenvolvidas;

(iii) a Emissora foi constituída nos termos da Cláusula 5.1 do Plano;

(iv) em vista da [*ocorrência da Troca de Controle / OU / da superveniência do termos fixado em 31 de março de 2022, conforme previsto na Cláusula 5.13 do Plano / OU / de deliberação em Reunião de Credores ocorrida em [data]*], a Emissora deseja realizar distribuição pública com esforços restritos de distribuição para emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em dez séries, da espécie quirografária, com garantia real adicional, e os credores do Grupo Atvos, por si ou por meio de fundos de investimento, respeitadas as disposições da Instrução CVM 476, desejam subscrever e integralizar as debêntures com os créditos de sua titularidade, conforme disposições do Plano;

vêm, na melhor forma de direito, celebrar a Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures

Simple, Não Conversíveis em Ações, em Dez Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional (“Escritura”), conforme as cláusulas e condições descritas abaixo.

Este glossário é parte integrante da Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Dez Séries, para Distribuição Pública com Esforços, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, da [Newco S.A.].

GLOSSÁRIO

<u>Acionista</u>	Significa os acionistas diretos ou indiretos da Atvos Agroindustrial, incluindo pessoas naturais e/ou jurídicas, assim como seus sucessores a qualquer título.
<u>AGE</u>	Significa a assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em [data].
<u>Agente Fiduciário</u>	Possui o significado atribuído no preâmbulo desta Escritura.
<u>Assembleia Geral de Debenturistas</u>	Significa qualquer assembleia geral de Debenturistas referente à presente Emissão.
<u>Ativos Estratégicos</u>	Significa, em conjunto, (a) as plantas industriais de qualquer das Sociedades Operacionais; (b) os imóveis de qualquer das Sociedades Operacionais nos quais as referidas plantas industriais se situam; (c) os direitos que possibilitem a operação ou utilização de tais bens e/ou ativos pelas Recuperandas; e (d) a cana-de-açúcar <i>in natura</i> de propriedade de qualquer das Recuperandas, observado o disposto no Plano.
<u>Atvos Agroindustrial</u>	Significa a ATVOS AGROINDUSTRIAL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 13º andar, Butantã, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.636.745/0001-53.
<u>Atvos Participações</u>	Significa a ATVOS AGROINDUSTRIAL PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 13º andar, Butantã, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.842.690/0001-38, Controlada diretamente pela Emissora.
<u>Autorizações</u>	Significa toda e qualquer autorização, aprovação (incluindo sem limitação as de natureza societária, regulatória e de terceiros credores), licença, consentimento, permissão, registro,

notarização e consularização, emanado de uma autoridade governamental ou não.

B3

Significa a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Banco Liquidante

Possui o significado atribuído na Cláusula 3.8 desta Escritura.

Bônus de Subscrição

São os bônus de subscrição emitidos nos termos da Cláusula 5.16.1 do Plano, observado o disposto nos artigos 75 e ss. da Lei das S.A., ou outros que vierem a substituí-los, nos termos do Plano.

Código Civil

Significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ou substituída.

Código de Processo Civil

Significa a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ou substituída.

Contrato de Colocação

Significa o Contrato de Distribuição Pública Restrita, sob o Regime de Melhores Esforços e Garantia Firme de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Dez Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, da 1ª Emissão, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores.

Contratos de Garantia

Significam, em conjunto, os instrumentos constitutivos de (i) alienação fiduciária constituída sobre a totalidade das ações de emissão da Usina Eldorado; (ii) alienação fiduciária constituída sobre a totalidade das ações de emissão da Atvos Participações; (iii) cessão fiduciária dos Dividendos da Atvos Participações, condicionada ao cumprimento do disposto na Cláusula 5.10 do Plano; e (iv) em cada série correspondente, cessão fiduciária dos recursos financeiros remanescente de eventual excussão das garantias reais, fiduciárias e/ou fidejussórias vinculadas aos Créditos alocados na Tranche A detidos pelo respectivo Credor Elegível.

Controle (incluindo “Controlar”, “Controlador(a)”, “Controlado(a)” e termos correlatos)

Significa, de acordo com o artigo 116 da Lei das S.A., em relação a uma pessoa, natural ou jurídica, ou a um grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, o poder decorrente da (a) titularidade de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos

administradores; e do (b) uso efetivo do poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos sociais.

Créditos Extraconcursais

Significa os créditos detidos contra as Recuperandas: (i) cujo fato gerador seja posterior à Data do Pedido; (ii) derivados de contratos celebrados até a Data do Pedido que não se submetem aos efeitos deste Plano de acordo com o artigo 49, §§ 3º e 4º, da LFR, tais como, alienações fiduciárias em garantia, cessões fiduciárias em garantia ou contratos de arrendamento mercantil; (iii) outros Créditos não sujeitos à Recuperação Judicial, nos termos da LFR; ou (iv) Créditos reconhecidos como extraconcursais no âmbito de impugnações de crédito. No que diz respeito a Créditos garantidos por alienação fiduciária ou cessão fiduciária nos termos deste item (ii), o saldo do Crédito não coberto por garantia fiduciária não está incluído, para todos os fins, na definição de Créditos Extraconcursais, e receberá o tratamento conferido aos Créditos Quirografários ou Créditos com Garantia Real, conforme aplicável.

Créditos Extraconcursais Aderentes

são os Créditos Extraconcursais detidos pelos Credores Extraconcursais que aderirem ao Plano na forma da Cláusula 4 do Plano.

Créditos de Subscrição

Significa os Créditos Concursais e Créditos Extraconcursais Aderentes alocados na Tranche B, que tenham optado pela subscrição das Debêntures na forma das Cláusulas 3.4 e 3.7 do Plano.

Credores Elegíveis

Significa, em conjunto, os Credores com Garantia Real Elegíveis para Subscrição de Debêntures (conforme definidos na Cláusula 3.3 do Plano), os Credores Quirografários Financeiros Elegíveis para Subscrição de Debêntures (conforme definidos na Cláusula 3.6 do Plano) e os Credores Extraconcursais Aderentes (conforme definidos na Cláusula 4.1 do Plano).

CVM

Significa a Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Homologação Judicial do Plano

Significa o dia [data], data em que foi realizada a publicação, na imprensa oficial, da decisão de Homologação Judicial do Plano proferida pelo Juízo da Recuperação.

Data de Emissão

Possui o significado atribuído na Cláusula 4.1.6 desta Escritura.

<u>Data de Subscrição</u>	Significa a data da subscrição e integralização das Debêntures de cada Série.
<u>Data de Vencimento das Debêntures</u>	Possui o significado atribuído na Cláusula 4.1.7 desta Escritura.
<u>Data do Pedido</u>	Significa o dia 29 de maio de 2019, data em que o pedido de recuperação judicial do Grupo Atvos foi ajuizado.
<u>Debêntures</u>	Possui o significado atribuído no <i>caput</i> da Cláusula II desta Escritura.
<u>Debêntures da 1ª Série</u>	Significa as Debêntures da 1ª Série desta Emissão.
<u>Debêntures da 2ª Série</u>	Significa as Debêntures da 2ª Série desta Emissão.
<u>Debêntures da 3ª Série</u>	Significa as Debêntures da 3ª Série desta Emissão.
<u>Debêntures da 4ª Série</u>	Significa as Debêntures da 4ª Série desta Emissão.
<u>Debêntures da 5ª Série</u>	Significa as Debêntures da 5ª Série desta Emissão.
<u>Debêntures da 6ª Série</u>	Significa as Debêntures da 6ª Série desta Emissão.
<u>Debêntures da 7ª Série</u>	Significa as Debêntures da 7ª Série desta Emissão.
<u>Debêntures da 8ª Série</u>	Significa as Debêntures da 8ª Série desta Emissão.
<u>Debêntures da 9ª Série</u>	Significa as Debêntures da 9ª Série desta Emissão.
<u>Debêntures da 10ª Série</u>	Significa as Debêntures da 10ª Série desta Emissão.
<u>Debêntures em Circulação</u>	Significa todas as Debêntures no âmbito desta Emissão subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de sociedades Controladas ou coligadas da Emissora (diretas ou indiretas), Controladoras (ou integrantes do mesmo grupo de Controle), sociedades sob Controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
<u>Debenturistas</u>	Significa os titulares das Debêntures.

<u>Dia Útil</u>	Significa qualquer dia útil, para fins de operações praticadas no mercado financeiro brasileiro, conforme especificado na Resolução 2.932 do Conselho Monetário Nacional.
<u>Dividendos</u>	Significa a parcela do lucro líquido apurado por uma sociedade por ações e distribuída, na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, aos acionistas conforme decisão tomada em assembleia geral ordinária de acionistas nesse sentido, em atendimento ao disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 202 da Lei das S.A. e, em qualquer hipótese, respeitadas as demais disposições da Lei das S.A. relacionadas ao tema.
<u>Emissão</u>	Possui o significado atribuído no <i>caput</i> da Cláusula II desta Escritura.
<u>Emissora</u>	Possui o significado atribuído no preâmbulo desta Escritura.
<u>Encargos Moratórios</u>	Possui o significado atribuído na Cláusula 4.7.3 desta Escritura.
<u>Escritura</u>	Possui o significado atribuído no preâmbulo desta Escritura.
<u>Escriturador</u>	Possui o significado atribuído na Cláusula 3.8 desta Escritura.
<u>Evento de Distribuição da Atvos Participações</u>	Significa o recebimento de Dividendos pela Emissora, conforme aprovações societárias ocorridas no âmbito das Sociedades Operacionais e da Atvos Participações, sucessivamente, dos quais 90% (noventa por cento) será destinado para a amortização antecipada obrigatória das Debêntures na forma da Cláusula 4.5 desta Escritura. Para os fins da verificação de Eventos de Distribuição Atvos Participações, fica estabelecido que (i) se o valor disponível em caixa da Atvos Participações, verificado anualmente no encerramento de cada exercício social, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas da Atvos Participações relativas ao exercício social encerrado no dia 31 de março de cada ano civil, a partir da safra 2023/2024, for de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) ou mais, é obrigatória a distribuição de Dividendos, observado o disposto a esse respeito no Plano; (ii) se esse valor for superior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) e inferior a R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), a distribuição de Dividendos deverá obrigatoriamente ser submetida ao Conselho de Administração da Emissora, cuja deliberação será vinculante caso a operação seja submetida também ao crivo dos acionistas

da Emissora em assembleia geral de acionistas, na forma da Lei das S.A.; e (iii) se esse valor for inferior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) não serão distribuídos Dividendos pela Atvos Participações. Os valores indicados acima não serão corrigidos monetariamente.

Evento de Liquidez Tranche B

Significa o recebimento de recursos líquidos, entendidos como recursos recebidos pela Emissora e/ou seus Acionistas de terceiros após o pagamento de honorários de assessores jurídicos e financeiros que tenham atuado para realização dos eventos abaixo descritos, desde que tais honorários e despesas estejam em linha com padrões de mercado, como resultado da ocorrência de (i) operações de compra e venda, cessão, alienação e/ou transferência de ações representativas do Controle, direto ou indireto, da Atvos Participações e/ou das Sociedades Operacionais consideradas em conjunto; (ii) fusão, incorporação, cisão total ou parcial, *drop down*, permuta de ações, incorporação de ações, transferência de ações representativas do Controle, direto ou indireto, da Atvos Participações e/ou das Sociedades Operacionais consideradas em conjunto; desde que respeitadas, em qualquer caso, as prioridades decorrentes de eventuais garantias constituídas sobre os bens em questão, conforme o caso. Uma vez quitados os Créditos Concursais e Créditos Extraconcursais Aderentes alocados na Tranche A, na forma do Plano, os recursos líquidos decorrentes dos Eventos de Liquidez Tranche A, definidos na Cláusula 1.6.51 do Plano, passarão a ser automaticamente considerados Eventos de Liquidez Tranche B, para todos os fins e efeitos estabelecidos nesta Escritura e no Plano.

Garantia Real

Significa as garantias prestadas no âmbito dos Contratos de Garantia.

Grupo Atvos

Significa o grupo societário de fato formada pelas Recuperandas.

Instrução CVM nº 476

Significa a Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Investidores Profissionais

Significa investidores profissionais, nos termos da definição prevista no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539.

<u>IPCA</u>	Significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
<u>JUCESP</u>	Significa a Junta Comercial do Estado de São Paulo.
<u>Juízo da Recuperação</u>	Significa o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.
<u>Juros</u>	Possui o significado atribuído na Cláusula 4.3 desta Escritura.
<u>Lei Aplicável</u>	Significa qualquer legislação, incluindo lei, decreto, medida provisória, portaria, regulamento, resolução ou instrução que se encontre vigente de tempos em tempos e seja aplicável à Pessoa ou entidade em questão.
<u>Lei das S.A.</u>	Significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<u>Lei nº 6.385</u>	Significa a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<u>LRF</u>	Significa a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.
<u>Oferta Restrita</u>	Possui o significado atribuído no <i>caput</i> da Cláusula II desta Escritura.
<u>Ônus</u>	Significa qualquer hipoteca, penhor, encargo, locação, usufruto, alienação fiduciária, cessão fiduciária, ônus, gravame ou qualquer outra garantia ou <i>security interest</i> que tenha o efeito prático de constituição de direito real.
<u>Parte(s)</u>	Significa, individual e/ou conjuntamente, a Emissora e o Agente Fiduciário.
<u>Parte(s) Relacionada(s)</u>	Significa as pessoas físicas ou jurídicas que sejam, a partir da Data do Pedido, inclusive, direta ou indiretamente, individual ou conjuntamente, Controladoras, Controladas sob Controle comum ou sob Controle compartilhado da Atvos Agroindustrial, assim como as sociedades Controladas ou sob Controle comum das Controladoras da Atvos Agroindustrial, bem como os seus cônjuges ou parentes, consanguíneos ou afins, colaterais até o 3º (terceiro) grau, ascendente ou descendente. Também serão

consideradas Partes Relacionadas as sociedades coligadas do Grupo Atvos e/ou do Grupo Odebrecht, adotando-se a definição dada pelos §§ 1º, 4º e 5º do artigo 243 da Lei das S.A.

Pessoa

Significa qualquer entidade governamental ou qualquer pessoa física, consórcio, sociedade por ações, sociedade limitada, *joint venture*, associação, fundos de investimento, agente fiduciário, organização sem personalidade jurídica, ou outra entidade ou organização, quer seja uma pessoa jurídica ou não.

Plano

Significa o plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas no âmbito da Recuperação Judicial, na forma do artigo 53 da LRF, e aprovado pelos credores em *[data]*, conforme aditado, modificado ou alterado na forma da LRF.

Práticas Contábeis Brasileiras

Significa os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira, as regras e normas expedidas pela CVM e os comunicados técnicos emitidos pelo Instituto Brasileiro de Contadores, em cada caso, em vigor de tempos em tempos.

Recuperação Judicial

Significa o processo de recuperação judicial ajuizado pelo Grupo Atvos em 29 de maio de 2019, autuado sob o nº 1050977-09.2019.8.26.0100 e distribuído para o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

Recuperandas

Significa, em conjunto, a Atvos Agroindustrial, Atvos Participações, a PONTAL AGROPECUÁRIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações, com sede no município de Teodoro Sampaio, estado de São Paulo, na Fazenda Alcídia, s/n, Zona Rural, inscrita no inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.453.403/0001-97 (“Usina Pontal”); a RIO CLARO AGROINDUSTRIAL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações, com sede no município de Caçú, estado de Goiás, na Fazenda Santo Antônio, s/n, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.598.391/0001-08 (“Usina Rio Claro”); a USINA CONQUISTA DO PONTAL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações, com sede no município de Mirante do Paranapanema, estado de São Paulo, na Fazenda Conquista do Pontal, Rodovia SP 563, km 13, s/n, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.298.800/0001-80 (“Usina Conquista do Pontal”); a AGRO ENERGIA SANTA LUZIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações, com sede no município de

Nova Alvorada do Sul, estado do Mato Grosso do Sul, na Fazenda São Sebastião, Rodovia BR 267, km 231, s/n, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.906.558/0001-42 (“Agro Santa Luzia”); a BRESCO – COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA RENOVÁVEL – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 13º andar, Butantã, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.070.566/0001-00 (“Bresco”); a DESTILARIA ALCÍDIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações, com sede no município de Teodoro Sampaio, estado de São Paulo, na Fazenda Alcídia, s/n, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.448.270/0001-60 (“Alcídia”); e a USINA ELDORADO S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sociedade por ações, com sede no município de Rio Brillhante, estado do Mato Grosso do Sul, na Fazenda São Pedro, s/n, Rodovia MS 145, km 49, ao lado direto no sentido Ipezal/Deodapolis, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.620.523/0001-54 (“Usina Eldorado”).

Remuneração

Possui o significado atribuído na Cláusula 4.3 desta Escritura.

Saldo Devedor

Saldo não amortizado das Debêntures em Circulação, atualizado e acrescido da Remuneração, de acordo com os termos e condições desta Escritura.

Série

Qualquer das séries desta Emissão, quando referida individualmente.

Séries

1ª a 10ª Série e novas séries que sejam emitidas nos termos da Cláusula 3.4 desta Escritura, quando referidas em conjunto.

Sociedades Operacionais

são as Recuperandas Usina Pontal, Usina Rio Claro, Usina Conquista do Pontal, Agro Santa Luzia, Bresco, Alcídia e Usina Eldorado.

Taxa DI

Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominadas “Taxa DI over extragrupo”, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.b3.com.br>).

Taxa Substitutiva

Possui o significado atribuído na Cláusula 4.4 desta Escritura.

<u>UPI</u>	Significa cada unidade produtiva isolada, constituída por unidades industriais ou bens e ativos de titularidade do Grupo Atvos, incluindo, sem limitar, imóveis, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações, que poderá ser alienada sem sucessão, nos termos do artigo 60 da LRF.
<u>Valor Nominal Unitário</u>	Possui o significado atribuído na Cláusula 4.1.1 desta Escritura.
<u>Valor Nominal Atualizado</u>	Possui o significado atribuído na Cláusula 4.3.2 desta Escritura.

Os demais termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos nesta Escritura ou no Plano, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. Autorização para a Emissão. Esta Escritura é celebrada com base em deliberação tomada na AGE, em que foram deliberadas e aprovadas as condições da Emissão.

1.1.1. Por meio da AGE da Emissora, os diretores da Emissora foram autorizados a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, inclusive, celebrar (i) esta Escritura, seus aditamentos e demais documentos da Emissão, bem como (ii) todos os documentos necessários à concretização da Emissão e da Oferta Restrita.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 10 (dez) séries para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 (“Oferta Restrita”), da espécie quirografária, com garantia real adicional, emitidas em forma nominativa e escritural (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das S.A. e, em relação, exclusivamente, à Oferta Restrita, pela Instrução CVM nº 476.

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE. A ata da AGE será devidamente arquivada perante a JUCESP e será publicada no Jornal Diário de Notícias e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

2.2. Registro da Escritura e de Eventuais Aditamentos. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das S.A., devendo ser levados a registro, pela Emissora, em até 10 (dez) dias contados de sua assinatura pelas Partes. No prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados de referido registro, a Emissora deverá encaminhar ao

Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura, e de seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos e registrados na JUCESP.

2.3. Distribuição e Negociação. As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada através da B3; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, observadas as condições restritas de negociação, conforme Instrução CVM nº 476.

2.3.1. Não obstante o descrito na Cláusula 2.3 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado, observado o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476, (i) depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 da Instrução CVM nº 476; e (ii) nos termos do artigo 15 da Instrução CVM nº 476, (a) entre Investidores Qualificados, conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539, ou (b) entre quaisquer investidores, na hipótese de a Emissora obter o registro de emissor perante a CVM, de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385, observado o disposto na Cláusula 4.2.1.

2.4. Registro na CVM e ANBIMA. A Emissão será realizada nos termos da Lei das S.A.

2.4.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Lei nº 6.385 e da Instrução CVM nº 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição. Além disso, será registrada na ANBIMA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data do comunicado encerramento da Oferta, nos termos do artigo 16 e seguintes do *Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas* em vigor desde 03 de junho de 2019.

2.5. Registro das Garantias Reais

2.5.1. Os Contratos de Garantia serão registrados nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos, sendo que a integralização das Debêntures está condicionada à apresentação do comprovante de protocolo do pedido de registro nos cartórios competentes.

CLÁUSULA III

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Data de Constituição e Objeto Social da Emissora. A Emissora foi constituída em [data].

3.1.1. De acordo com o artigo 4º do estatuto social da Emissora, seu objeto social compreende a participação em outras sociedades que explorem, dentre outros correlacionados, negócios de (a) produção, importação, exportação e comercialização de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente a cultura, industrialização e comercialização da cana-de-açúcar para produção de

açúcar, etanol e derivados; (b) fabricação, importação, exportação e comercialização de derivados da cana-de-açúcar, podendo atuar como agente, representante ou consignatária; (c) importação, exportação, manipulação, comercialização, industrialização, guarda, serviços de carga e descarga de fertilizantes e demais insumos agrícolas; (d) exploração agrícola em terras próprias ou de terceiros; (e) produção, fornecimento, distribuição e comercialização de energia elétrica; (f) administração de bens imóveis, podendo arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral; e (g) logística e serviços de armazenagem, embalagem e transporte de produtos.

3.2. Destinação dos Recursos da Emissão. Os recursos captados na Emissão serão destinados para pagamento de determinadas dívidas da Ativos Participações e das Sociedades Operacionais, controladas direta e indiretamente pela Emissora, correspondentes aos Créditos de Subscrição, de titularidade dos credores que optarem pela subscrição de Debêntures, na forma e prazo estabelecidos no Plano, uma vez que as Debêntures estão sendo emitidas no âmbito da Recuperação Judicial e serão integralizadas pelos Debenturistas mediante a entrega dos respectivos créditos relativos à Tranche B, na forma e para os fins previstos no Plano.

3.3. Número da Emissão. Esta Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.4. Número de Séries. A Emissão será realizada em 10 (dez) séries.

3.5. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas até [---] ([por extenso]) Debêntures, sendo [---] ([por extenso]) Debêntures da 1ª Série, [---] ([por extenso]) Debêntures da 2ª Série, [---] ([por extenso]) Debêntures da 3ª Série, [---] ([por extenso]) Debêntures da 4ª Série, [---] ([por extenso]) Debêntures da 5ª Série, [---] ([por extenso]) Debêntures da 6ª Série, [---] ([por extenso]) Debêntures da 7ª Série, [---] ([por extenso]) Debêntures da 8ª Série, [---] ([por extenso]) Debêntures da 9ª Série, [---] ([por extenso]) Debêntures da 10ª Série.

3.6. Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão, na Data de Emissão, é de até R\$ [---] ([por extenso]), dividido em 10 (dez) Séries, conforme segue:

- (a) Debêntures da 1ª Série: R\$ [---] ([por extenso]);
- (b) Debêntures da 2ª Série: R\$ [---] ([por extenso]);
- (c) Debêntures da 3ª Série: R\$ [---] ([por extenso]);
- (d) Debêntures da 4ª Série: R\$ [---] ([por extenso]);
- (e) Debêntures da 5ª Série: R\$ [---] ([por extenso]);
- (f) Debêntures da 6ª Série: R\$ [---] ([por extenso]);

- (g) Debêntures da 7ª Série: R\$ [--] ([*por extenso*]);
- (h) Debêntures da 8ª Série: R\$ [--] ([*por extenso*]);
- (i) Debêntures da 9ª Série: R\$ [--] ([*por extenso*]); e
- (j) Debêntures da 10ª Série: R\$ [--] ([*por extenso*]).

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de oferta pública, com esforços restritos da Instrução CVM nº 476, destinada exclusivamente a Investidores Profissionais, com a intermediação dos Coordenadores, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Colocação.

3.7.1. Os Coordenadores poderão procurar, em relação à Oferta Restrita, no máximo, até 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por até, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, nos termos da Instrução CVM nº 476.

3.7.2. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores.

3.7.3. A Emissora obriga-se a (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente à ocorrência, qualquer contato que receba de potencial investidor que venha a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores nesse período.

3.7.4. O público alvo da Oferta Restrita serão Investidores Profissionais, nos termos da Instrução CVM nº 476.

3.7.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Fianças e dos Contratos de Garantia.

3.7.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Profissionais interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, tampouco existirão reservas antecipadas, nem sequer fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.7.7. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures.

3.8. Banco Liquidante e Escriturador. O banco liquidante e escriturador da presente Emissão será o [--], [*qualificação*] (“Banco Liquidante” e “Escriturador”), o qual poderá ser substituído a qualquer tempo, mediante aprovação dos debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

CLÁUSULA IV **CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

4.1. Características Básicas.

4.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$ [--] ([*por extenso*]) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2. Forma. As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.3. Comprovação de Titularidade. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será expedido por essa extrato em nome de cada um dos Debenturistas, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.1.4. Espécie. As Debêntures são da espécie quirografia, com garantia real adicional.

4.1.5. Conversibilidade. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações.

4.1.6. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será [*data*].

4.1.7. Prazo e Data de Vencimento. Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado, amortização antecipada ou vencimento antecipado conforme previsto na presente Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da sua Emissão, vencendo-se, portanto, em [*data*] (“Data de Vencimento das Debêntures”).

4.1.7.1. O prazo de vencimento das Debêntures poderá ser prorrogado a qualquer momento, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas.

4.1.7.2. Os Debenturistas que não desejarem exercer os Bônus de Subscrição de sua titularidade em razão da deliberação prevista na Cláusula 5.16.3.1 do Plano terão o prazo de vencimento das Debêntures de sua titularidade automaticamente prorrogado para 15 (quinze) anos contados da Emissão, sendo que, transcorrido esse prazo, eventual saldo remanescente das Debêntures, que não tenha sido amortizado até essa data, passará a ser considerado como parcela de deságio.

4.1.8. Prazo e Preço de Subscrição e Integralização. As Debêntures da 1ª a 9ª Série poderão ser subscritas e integralizadas, a qualquer tempo, por Investidores Profissionais, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de início de distribuição, observado o disposto no artigo 7º-A da Instrução CVM nº 476, e os termos e condições da presente Escritura e do Contrato de Colocação.

4.1.8.1. As Debêntures da 10ª Série serão parcial ou integralmente subscritas em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da verificação ou da dispensa, pela Emissora, do cumprimento da Condição Precedente da 10ª Série (conforme definida na Cláusula 5.1 abaixo).

4.1.8.1.1. As Debêntures da 10ª Série não subscritas serão automaticamente canceladas, ficando desde já as Partes autorizadas a aditar a presente Escritura para formalizar o referido cancelamento, conforme o caso, independentemente de autorização dos Debenturistas.

4.1.8.2. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário.

4.1.8.2.1. Não obstante o disposto acima, dado que a quantidade de Debêntures a ser subscrita pelos respectivos Debenturistas deve perfazer um número inteiro, caso os respectivos Créditos de Subscrição perfaçam um número fracionário, deverá ser arredondado para o número inteiro imediatamente (i) superior caso a primeira casa decimal seja igual ou superior a 5 (cinco) décimos; e (ii) inferior caso a primeira casa decimal seja inferior a 5 (cinco) décimos, sendo desconsideradas as casas decimais posteriores à primeira, para fins do arredondamento aqui previsto.

4.1.9. Forma de Subscrição. As Debêntures serão subscritas conforme os procedimentos da B3.

4.1.10. Elegibilidade para Subscrição das Debêntures. A subscrição das Debêntures será realizada observando-se o disposto a seguir, respeitando-se as disposições da Instrução CVM nº 476:

4.1.10.1. Elegibilidade para Subscrição das Debêntures. Os Credores Elegíveis que optarem pela subscrição de Debêntures na forma das Cláusulas 3.4, 3.7 e 4.2 do Plano poderão subscrever as Debêntures da 1ª a 9ª Série, sendo que cada Credor Elegível subscreverá as Debêntures de 1 (uma) Série distinta, de modo que haverá tantas Séries quantos forem os Credores Elegíveis que decidirem, na forma do Plano e desta Escritura, subscrever Debêntures.

4.1.10.1.1. Em vista do disposto acima, caso qualquer dos Credores Elegíveis opte, na forma do Plano, por não subscrever Debêntures, serão automaticamente canceladas as Séries de Debêntures correspondentes, restando o número de Séries correspondente ao número de Credores Elegíveis que optarem pela subscrição das Debêntures na forma do Plano, ficando desde já as Partes autorizadas a aditar a presente Escritura para formalizar o referido cancelamento, conforme o caso, independentemente de autorização dos Debenturistas.

4.1.10.2. Elegibilidade para Subscrição das Debêntures da 10ª Série. Os Credores com Garantia Real Retardatários e os Credores Quirografários Financeiros Retardatários que optarem pela subscrição de Debêntures na forma das Cláusulas 3.5.1 e 3.8.1 do Plano, poderão subscrever as Debêntures da 10ª Série.

4.1.11. Forma de Integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, na Data da Subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, mediante a transferência, à Emissora, dos créditos relativos à Tranche B de titularidade dos credores que optarem pela subscrição de Debêntures, na forma do Plano.

4.2. Condições de Negociação das Debêntures. Os Debenturistas poderão transferir, ceder, alienar, sob qualquer forma, as Debêntures, desde que observadas as condições e restrições previstas na Instrução CVM nº 476, observado o disposto na Cláusula 2.3.1 desta Escritura, sendo certo que tais operações apenas produzirão efeitos após a notificação da Emissora e do Agente Fiduciário nesse sentido.

4.2.1. Sujeição aos termos do Plano. Os terceiros que se tornarem titulares das Debêntures, sob qualquer forma ou título, estarão automaticamente sujeitos aos termos do Plano e seus anexos e a eventuais modificações que sejam aprovadas em assembleias gerais de credores nos termos da LRF.

4.3. Remuneração das Debêntures. As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios (“Juros”), incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário a partir da Data de Emissão, conforme o caso (“Remuneração”).

4.3.1. Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário de cada Debênture não será atualizado monetariamente.

4.3.2. Juros. O Valor Nominal Unitário será atualizado pela variação positiva do IPCA, a partir da Data de Emissão, calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis, segundo os seguintes critérios (“Valor Nominal Atualizado” ou “VNA”).

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa	=	Valor Nominal Atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
VNe	=	Valor nominal da Emissão ou Saldo do Valor Nominal (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
C	=	fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

n	=	número total de índices considerados na atualização das Debêntures, sendo n um número inteiro;
NI _K	=	valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao Mês de Atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário das Debêntures. Após a Data de Aniversário, valor do número-índice do IPCA mês de atualização;
NI _{K-1}	=	valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “K”;
dup	=	número de dias úteis entre a última Data de Aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preço do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;
dut	=	número de dias úteis contidos entre a última e a próxima Data de Aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

4.3.2.1. A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.3.2.2. Considera-se “Data de Aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e, caso a referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente.

4.3.2.3. Considera-se “Mês de Atualização” o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas das Debêntures.

4.3.2.4. O fator resultante da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

4.3.2.5. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.3.2.6. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último dia útil anterior.

4.3.2.7. Caso no Mês de Atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão $\left(\frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$.

4.3.3. Farão jus aos pagamentos previstos nesta Escritura os Debenturistas que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento em questão.

4.4. Indisponibilidade ou Extinção do IPCA. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração do IPCA por mais de 10 (dez) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de

Debenturistas, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após o final do referido prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de extinção ou da impossibilidade legal de aplicação do IPCA, para definição do novo parâmetro a ser aplicado (“Taxa Substitutiva”). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA oficialmente divulgada até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

4.4.1. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.4 acima, a referida assembleia não será mais realizada, e o IPCA, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.4.2. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 4.4 acima, não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a Taxa Substitutiva, a Emissora poderá utilizar qualquer outra taxa de Remuneração, desde que equivalente e/ou equiparável, ao menos conceitualmente, à remuneração do IPCA, alinhada com a prática usual de mercado à época.

4.5. Amortização Obrigatória das Debêntures. O pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário e Juros das Debêntures será realizado sempre que houver um Evento de Distribuição Ativos Participações.

4.6. Amortização Antecipada Extraordinária Total ou Parcial Obrigatória. Observadas as disposições da Cláusula 4.6.1 abaixo, a Emissora deverá obrigatoriamente amortizar de maneira antecipada, total ou parcial, as Debêntures, sempre que ocorrer, a qualquer tempo, um Evento de Liquidez Tranche B.

4.6.1. Verificada a ocorrência de um Evento de Liquidez Tranche B conduzido pela Emissora, a Emissora destinará 90% (noventa por cento) dos recursos líquidos apurados para Amortização Antecipada Obrigatória, até o limite do valor das Debêntures, acrescido da Remuneração e deduzidas as eventuais amortizações, apuradas no momento do pagamento, sendo o restante dos recursos destinados à Emissora.

4.6.2. Observados os termos e condições previstos nesta Escritura, a Emissora e/ou os Debenturistas deverão, conforme o caso, em até 2 (dois) Dias Úteis após a ocorrência de um Evento de Liquidez Tranche B, notificar o Agente Fiduciário e a B3, nos termos da Cláusula 11.7 desta Escritura, a respeito do referido evento e informar (i) a data da Amortização Antecipada Obrigatória; (ii) o valor decorrente do Evento de Liquidez Tranche B a ser utilizado integralmente na Amortização Antecipada Obrigatória; (iii) a data em que será feito o pagamento da Amortização Antecipada Obrigatória aos Debenturistas, que não deve ser posterior a 3 (três) Dias Úteis contados a partir da data de ocorrência de qualquer Evento de Liquidez Tranche B; (iv) a quantidade de Debêntures a serem resgatadas; e (v) quaisquer informações adicionais necessárias à operacionalização do resgate/amortização antecipada.

4.6.3. Para fins da realização da referida Amortização Antecipada Obrigatória, a Emissora deverá calcular o valor do resgate das Debêntures levando-se em consideração o montante de Juros devidos

pela Emissora desde a Data de Subscrição das Debêntures ou data de pagamento/incorporação da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da Amortização Antecipada Obrigatória.

4.6.4. Não haverá a incidência de qualquer prêmio de reembolso nas hipóteses de Amortização Antecipada Obrigatória.

4.7. Condições de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados conforme disposto nos itens a seguir:

4.7.1. Destinatário. Farão jus aos pagamentos previstos nesta Escritura os Debenturistas que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento em questão.

4.7.2. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, conforme datas previstas nesta Escritura, utilizando-se (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.

4.7.3. Multa e Encargos Moratórios. Em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo de quaisquer outros direitos dos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória, de 2% (dois por cento), e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, acrescido da Remuneração, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

4.7.4. Imunidade ou Isenção Tributária. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador e à Emissora, no prazo mínimo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie a referida documentação no prazo acima determinado, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

4.8. Repactuação. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

4.9. Aquisição Facultativa. A Emissora poderá adquirir Debêntures, desde que cumpridas as regras e determinações legalmente exigidas. A aquisição das Debêntures pela Emissora resultará em seu posterior cancelamento, observadas as determinações legais e regulatórias exigidas.

4.10. Liquidez e Estabilização. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

CLÁUSULA V

CONDIÇÃO PRECEDENTE DA 10ª SÉRIE

5.1. Condição Precedente da 10ª Série. A subscrição, no todo ou em parte, das Debêntures de 10ª Série está condicionada ao trânsito em julgado das decisões que determinem a inclusão de todos os Créditos com Garantia Real Retardatários e Créditos Quirografários Financeiros Retardatários na Lista de Credores das Recuperandas, condição sem a qual não ocorrerá a subscrição e a integralização das Debêntures de 10ª Série (“Condição Precedente da 10ª Série”).

5.2. Dispensa da Condição Precedente da 10ª Série. Na hipótese de não verificação da Condição Precedente da 10ª Série no prazo de [--] ([*por extenso*]) contados a partir da Data de Emissão, a Emissão da 10ª Série, a critério da Emissora, poderá ou não ser efetivada.

CLÁUSULA VI

VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Vencimento Antecipado. São consideradas hipóteses de vencimento antecipado não-automático das Debêntures e, sujeito ao disposto na Cláusula 6.2 desta Escritura, a ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos a partir da Data de Emissão:

- (a) o não cumprimento, pela Emissora, na respectiva data de vencimento, de qualquer obrigação pecuniária das Debêntures, exceto se tal descumprimento for sanado no prazo de 03 (três) Dias Úteis;
- (b) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura e/ou no Plano, sendo certo que (a) tal inadimplemento estará sujeito ao prazo de cura aplicável conforme previsto nesta Escritura, ou ainda na legislação ou na regulamentação em vigor; (b) caso não exista prazo de cura específico nesta Escritura, tal inadimplemento estará sujeito a prazo de cura de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data em que for notificada sobre referido inadimplemento;
- (c) declaração de invalidade, nulidade ou inexecutibilidade desta Escritura por decisão judicial proferida em segunda instância, salvo na hipótese de ser obtido efeito suspensivo para referida decisão, observado que todos eventuais recursos que teriam sido destinados aos Debenturistas durante a ocorrência do presente evento de inadimplemento mas que não tenham sido sanadas em virtude do presente evento de inadimplemento deverão permanecer retidos até a efetiva cura do presente Evento de Inadimplemento para posterior distribuição aos Debenturistas;
- (d) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas;

(e) (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora; (b) decretação de falência da Emissora por sentença judicial transitada em julgado; ou (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora, independentemente do deferimento do pedido;

(f) transformação da forma societária da Emissora de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;

(g) alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, exceto se (a) previamente autorizado por Debenturistas; ou (b) não resultar em alteração substancial das atividades da Emissora;

(h) incorporação, fusão ou cisão da Emissora sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto pelas reorganizações societárias envolvendo a Emissora necessárias para o cumprimento das determinações constantes do Plano;

(i) comprovação, atestada em decisão judicial sem efeito suspensivo, de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura é falsa, desde que tal falsidade acarrete um Efeito Adverso Relevante. Para fins da presente Escritura, considera-se um Efeito Adverso Relevante (a) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Emissora (inclusive decorrentes de impactos negativos de caráter reputacional ou de imagem); e/ou (b) qualquer efeito adverso na capacidade da Emissora de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura e/ou na situação financeiras, nos negócios, nos bens e nos resultados operacionais da Emissora;

(j) sem prejuízo do disposto no item imediatamente anterior, comprovação, atestada em decisão judicial sem efeito suspensivo, de que qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura relativas a questões de prática de corrupção é falsa;

(k) proferimento de sentença condenatória judicial sem efeito suspensivo, em razão da prática, pela Emissora, de atos que importem trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo e/ou proveito criminoso da prostituição;

6.2. Declaração de Vencimento Antecipado. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos neste instrumento.

6.2.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos na Cláusula 6.1 acima, desde que não sanados nos respectivos prazos de cura, conforme aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 10.1 desta Escritura e o quórum estabelecido na Cláusula 10.2 abaixo.

6.2.3. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.2.2 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem 72% (setenta e dois por cento) das Debêntures em Circulação de todas as Séries, determinar que o Agente Fiduciário declare o vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência do evento em questão.

6.2.4. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos da Cláusula 6.2.3, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia à B3, informando tal evento.

6.2.5. Não serão devidas aos Debenturistas quaisquer indenizações em razão do vencimento antecipado nos termos acima da presente Cláusula VI sendo certo que todas as obrigações da Emissora perante os Debenturistas no âmbito desta Escritura serão consideradas integralmente cumpridas na ocasião do exercício dos Bônus de Subscrição.

CLÁUSULA VII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

7.1 Obrigações Especiais da Emissora com relação à Emissão. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir, conforme aplicável, as disposições abaixo:

- (a) nas hipóteses previstas nas Cláusulas 4.5 e 4.6 acima, realizar a Amortização Antecipada Obrigatória;
- (b) fornecer, ao Agente Fiduciário:
 - (i) em até 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada de forma justificada e razoável, segundo princípios da boa-fé, pelo Agente Fiduciário;
 - (ii) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas da Cláusula 6.1 desta Escritura (vencimento antecipado), em até 5 (cinco) Dias Úteis da sua ciência;
- (c) apresentar, ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- (d) apresentar, ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício social, declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e de que não foram praticados atos em desacordo com seu Estatuto Social;

- (e) convocar, nos termos desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça, bem como comparecer a Assembleia Geral de Debenturistas se assim solicitado pelo Agente Fiduciário;
- (f) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas para assegurar-lhes tratamento eficiente;
- (g) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.2 desta Escritura;
- (h) encaminhar, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução CVM nº 28;
- (i) expedir avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no terceiro Dia Útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, nos termos da Lei Aplicável;
- (j) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela Lei Aplicável;
- (k) submeter, na forma da Lei Aplicável, suas contas e balanços anuais a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (l) preparar e divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo de 90 (noventa) dias, contados do encerramento de seu exercício social e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, contados de sua disponibilização, conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 476;
- (m) (i) contratar e manter contratada, às suas expensas, empresa de auditoria independente de primeira linha reconhecida internacionalmente para auditar as suas respectivas demonstrações financeiras, e (ii) manter sistema de contabilidade no qual devem ser lançados registros completos e corretos de todas as suas respectivas operações financeiras, ativos e passivos de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira, as regras e normas expedidas pela CVM e os comunicados técnicos emitidos pelo Instituto Brasileiro de Contadores, em cada caso, em vigor de tempos em tempos;
- (n) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, que venham a ser

solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da solicitação pelo Agente Fiduciário. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os Controladores, as Controladas, o Controle comum, e sociedades integrantes de bloco de Controle da Emissora, no encerramento de cada exercício social;

(o) imediatamente cumprir todas as determinações emanadas da CVM e/ou pela B3, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

(p) manter contratado, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio da B3;

(q) efetuar recolhimento de quaisquer tributos que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;

(r) notificar em até 3 (três) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se, na data em que foram prestadas, total ou parcialmente, inverídicas, incompletas ou incorretas;

(s) guardar, enquanto houver Debêntures em circulação ou pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, o que ocorrer por último, toda a documentação relativa à Oferta Restrita;

(t) entregar ao Agente Fiduciário declaração atestando que, na data do início da distribuição pública das Debêntures, as informações até então prestadas pela Emissora aos Coordenadores são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM nº 476;

(u) obter e manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura e dos demais Documentos da Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;

(v) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos razoavelmente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura;

(w) observar as disposições da Instrução CVM nº 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;

- (x) obter, bem como manter válidas e eficazes todas as Autorizações necessárias à presente Emissão, fornecendo ao Agente Fiduciário cópias de tais Autorizações, quando razoavelmente solicitadas;
- (y) cumprir, em todos os aspectos materiais, as leis, regras, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativo, exceto por aquelas leis, regras, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora ou cujo descumprimento não cause um Efeito Adverso Relevante;
- (z) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (aa) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM e pela B3, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e/ou pela B3; e
- (bb) cumprir as obrigações assumidas no âmbito do Plano.

CLÁUSULA VIII

DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) é sociedade devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis de sua respectiva jurisdição, com plenos poderes, capacidade e autoridade para conduzir os seus negócios;
- (b) as obrigações assumidas nesta Escritura são legais, válidas, vinculantes, eficazes e exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (c) a celebração desta Escritura (i) não infringe ou está em conflito com (i.1) quaisquer Leis Aplicáveis, (i.2) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora, (i.3) os documentos constitutivos da Emissora; (i.4) quaisquer deliberações aprovadas pelos órgãos societários da Emissora; (i.5) quaisquer contratos ou instrumentos vinculando a Emissora e/ou qualquer de seus ativos; (ii) nem resultarão na constituição de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou em qualquer obrigação de constituir tais Ônus;
- (d) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, civis e estatutários (conforme aplicável) necessários para tanto;
- (e) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (f) foram obtidas e mantêm-se em pleno vigor todas as Autorizações (incluindo sem limitação de natureza societária) exigíveis e necessárias (i) à sua boa ordem legal e administrativa, (ii) ao

desenvolvimento de suas atividades e negócios, (iii) à celebração e cumprimento do disposto nesta Escritura e (iv) à plena legalidade, validade, efeito vinculativo, eficácia e exequibilidade desta Escritura, assim como serão obtidas e manter-se-ão em vigor, até a Data da Subscrição, todas as Autorizações (incluindo sem limitação de natureza societária) exigíveis e necessárias à celebração e cumprimento do disposto nesta Escritura e à plena legalidade, validade, efeito vinculativo, eficácia e exequibilidade desta Escritura;

(g) as informações prestadas nos termos desta Escritura são verdadeiras, consistentes e corretas, sendo que, no seu conhecimento, após as devidas e cuidadosas considerações, nenhum fato foi omitido que, caso divulgado, poderia afetar a decisão do Agente Fiduciário de celebrar esta Escritura;

(h) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que (a) estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora, (b) para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional ou administrativo vigente determinando sua não aplicabilidade ou (c) cujo descumprimento não cause um Efeito Adverso Relevante; e

(i) exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé, nas esferas administrativa e/ou judicial, está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária e ambiental.

CLÁUSULA IX

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Do Agente Fiduciário. A Emissora neste ato constitui e nomeia a [AGENTE FIDUCIÁRIO], qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário desta Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar os Debenturistas perante a Emissora.

9.2. Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, inadimplemento de suas obrigações constantes desta Escritura, da legislação aplicável ou das normas da CVM ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, os Debenturistas escolherão novo agente fiduciário, devendo a Emissora ser notificada, por escrito, de referida nomeação.

9.2.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, inclusive no caso da alínea (b) da Cláusula 9.3 abaixo, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.2.2. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir

de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.

9.2.3. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de comunicação prévia à CVM, devendo realizar-se em atendimento aos requisitos previstos na Instrução CVM nº 28, bem como de aditamento à presente Escritura, o qual deverá ser arquivado na JUCESP e registrados nos registros públicos competentes na forma da Cláusula 2.2 acima.

9.2.4. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

9.2.5. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá restituir à Emissora, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGPM.

9.2.6. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos desta Cláusula 9.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, todas as cópias dos registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura.

9.2.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

9.3. Deveres. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;

- (d) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, quando for o caso, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (e) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos nas alíneas da Cláusula 6.1 desta Escritura e informar imediatamente os Debenturistas qualquer descumprimento das referidas obrigações ou da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (f) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (g) acompanhar o cumprimento na prestação periódica de informações obrigatórias;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado por qualquer Debenturista, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, que deverão ser apresentadas em até 20 (vinte) dias corridos da data de solicitação;
- (i) elaborar e encaminhar aos Debenturistas relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, organograma societário da Emissora, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado, observado o disposto na Instrução CVM nº 476;
 - (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (vii) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (ix) declaração acerca da suficiência, conforme calculado baseado em estimativas internas da Emissora, e da exequibilidade das garantias;
- (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
- (xi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (j) colocar à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, o relatório de que trata a alínea (i) acima, ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na B3; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder;
- (k) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (l) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (m) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;

- (n) convocar, quando entender necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 2.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das S.A. e desta Escritura;
- (o) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e/ou sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário;
- (p) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (q) comunicar aos Debenturistas, às expensas da Emissora, na forma da Cláusula 11.7 desta Escritura, que o relatório mencionado na alínea (i) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (j) acima;
- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a B3 a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (s) notificar os Debenturistas, no prazo máximo de 7 (sete) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM;
- (t) calcular, em conjunto com a Emissora diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos titulares das Debêntures e à Emissora; e
- (u) acompanhar com o Banco Liquidante em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura.

9.4. Remuneração do Agente Fiduciário. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, (i) uma remuneração equivalente a uma parcela de R\$ [--] (*[por extenso]*), a título de Implantação dos Serviços de Agente de Fiduciário, devida 5 (cinco) Dias Úteis após a data de assinatura desta Escritura e (ii) uma remuneração equivalente a parcelas anuais de R\$ [--] (*[por extenso]*), a título de Manutenção dos Serviços de Agente Fiduciário, a serem pagas durante o prazo de vigência da presente Emissão, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura, e as demais a cada aniversário anual da data do primeiro pagamento.

9.4.1. A remuneração prevista na Cláusula 9.4 acima não inclui as despesas referidas na Cláusula

9.5 abaixo, a serem arcadas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, se assim possível.

9.4.1.1. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

9.4.2. A remuneração será acrescida dos seguintes tributos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.4.3. As parcelas previstas na Cláusula 9.4 (ii) acima serão atualizadas pelo IGPM ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculadas *pro rata die*, se necessário.

9.4.4. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.4.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.4.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma desta Escritura, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.5. Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.5.1. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 9.5 acima será efetuado, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.5.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de

terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas razoáveis reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.5.3. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.5 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos, notificações, publicações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoção entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6. Atribuições Específicas. Observadas as disposições da presente Escritura, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, conforme disposto nos itens 6.1 e 6.2 desta Escritura, e cobrar o Saldo Devedor das Debêntures;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) tomar todas as providências necessárias para exercício de seus direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito dos Contratos de Garantia das Debêntures; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

9.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) da Cláusula 9.6 acima, mediante renúncia específica dos

Debenturistas.

9.6.2. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das S.A., estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.6.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou, a seu pedido, por terceiros não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.6.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.7. Declaração do Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário declara:

- (a) não ter qualquer impedimento legal para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28;
- (d) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (e) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, conforme alterada;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (g) não infringir, pela celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas, qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (h) constituir esta Escritura uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (i) ter delegado poderes bastante para tanto a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura; e
- (j) ter verificado, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

CLÁUSULA X

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10. À Assembleia Geral de Debenturistas, aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das S.A.

10.1. Convocação. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das S.A., a Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva Série ou pela CVM. Aplica-se, à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das S.A. sobre assembleia geral de acionistas, inclusive os prazos de convocação previstos no inciso I do § 1º do artigo 124 da Lei das S.A., enquanto a Emissora for companhia fechada.

10.1.1. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação da respectiva Série, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.2. Quórum de Instalação. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

10.3. Quórum de Deliberação. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto nos itens 10.3.2 e 10.3.3, abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação, de titulares, no mínimo, 72% (setenta e dois por cento) das Debêntures em Circulação.

10.3.1. Não estão incluídos nos quóruns referidos na Cláusula 10.3 acima:

(a) os quóruns expressamente previstos em outros itens desta Escritura, em especial aquele previsto na Cláusula 6.2.3 acima;

(b) quaisquer alterações desta Escritura, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 72% (setenta e dois por cento) das Debêntures em Circulação, independentemente da Série, incluindo, sem limitar: (i) da Remuneração; (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) da espécie das Debêntures; (iv) das disposições relativas à Amortização Antecipada Obrigatória; e/ou (v) das hipóteses de vencimento antecipado;

10.3.2. As alterações dos quóruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições desta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação de todas as Séries, sem prejuízo do disposto nos itens anteriores.

10.3.3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.3.1 acima, é terminantemente vedado à Assembleia Geral de Debenturistas deliberar sobre alterações desta Escritura em desacordo com as condições estabelecidas no Plano acerca das Debêntures, em especial no que tange às condições de pagamento, Remuneração, dentre outras.

10.4. Mesa Diretora. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao representante de Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures em Circulação presentes à Assembleia Geral de Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

CLÁUSULA XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Termos Definidos. Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Glossário constante desta Escritura, exceto se de outra forma definidos ao longo desta Escritura.

11.1.1. Salvo se expressamente estabelecido em contrário nesta Escritura, toda e qualquer referência feita nesta Escritura a um contrato, documento, título ou instrumento refere-se a tal contrato, documento, título ou instrumento conforme aditado de tempos em tempos.

11.1.2. As expressões “desta Escritura”, “nesta Escritura” e “conforme previsto nesta Escritura” e palavras da mesma importância quando empregadas nesta Escritura, a não ser que de outra forma exigido pelo contexto, referem-se a esta Escritura como um todo e não a uma disposição específica desta Escritura, e referências a cláusula, sub-cláusula e anexo estão relacionadas a esta Escritura a não ser que de outra forma especificado.

11.1.3. Referências a quaisquer Pessoas devem incluir seus sucessores.

11.1.4. Referências a quaisquer Leis Aplicáveis devem incluir suas alterações ou novas Leis

Aplicáveis que as substituam ao longo do tempo.

11.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. Custos de Registro. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.4. Irrevogabilidade. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

11.5. Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos dos Itens. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5.1. Os títulos das Cláusulas e itens desta Escritura são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura.

11.6. Título Executivo Extrajudicial. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das partes por força desta Escritura poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as partes, desde já, reconhece tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 784 do Código de Processo Civil. As Partes reconhecem, ainda, que as obrigações assumidas nesta Escritura estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos aqui previstos.

11.7. Publicidade e Comunicações. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados ao Agente Fiduciário e divulgados, na forma de avisos na página da Emissora na rede internacional de computadores.

11.7.1. As comunicações a serem enviadas para a Emissora, o Agente Fiduciário ou a B3, nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Emissora: [NEWCO]
[endereço]

At.: Sr(a). [--]
e-mail: [--]

Agente Fiduciário: **[AGENTE FIDUCIÁRIO]**
[endereço]
At.: Sr(a).
E-mail: [--]

B3: **B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão**
[endereço]
At.: [--]
E-mail: [--]

11.7.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

11.7.3. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

11.8. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

11.9. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.10. Foro. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura, em [--] ([por extenso]) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, [data].